



Gabinete da Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus, data registrada no sistema.

Desembargador **FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES**
Presidente

ATAS

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PRÊMIO DESEMBARGADORA NAYDE VASCONCELOS
COMISSÃO ORGANIZADORA

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, a Presidente da Comissão Organizadora do Prêmio Desembargadora Nayde Vasconcelos, torna pública a divulgação do resultado preliminar. QUE, tendo em vista o encerramento da Etapa de Recurso em 30/08/2022, sem qualquer manifestação de nenhuma das inscritas, faz-se a publicação do resultado preliminar na forma do ANEXO - RESULTADO PRELIMINAR. QUE, os artigos aptos serão submetidos à análise da Comissão Avaliadora e o resultado final será publicado, no Diário de Justiça Eletrônico, dia 27/10/2022. QUE nada mais havendo a tratar, a Comissão Organizadora encerrou a reunião virtual.

Bárbara Marinho Nogueira
Presidente da Comissão Organizadora

INFORMAÇÃO
1º PRÊMIO DESEMBARGADORA NAYDE VASCONCELOS
CONCURSO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS

ANEXO - RESULTADO PRELIMINAR

INSCRIÇÃO	TÍTULO DO ARTIGO	PARECER
1	A CRIAÇÃO DE UMA LEI PARA LEGALIZAR A TUTELA RESPONSÁVEL E PROTEGER O ANIMAL DE ESTIMAÇÃO CONTRA O ABANDONO EM MEIO AMBIENTE PÚBLICO OU PRIVADO PELO TUTOR	APTO
2	PRESCRIÇÃO MÉDICA E ÉTICA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE BRASILEIRO: DESAFIOS NO TRATAMENTO DO CÂNCER	APTO
3	EVOLUÇÃO DA LITIGÂNCIA CLIMÁTICA NO BRASIL E NA ALEMANHA: EM BUSCA DE UMA DOCTRINA DO DIREITO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	APTO
4	A NARRATIVA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SOBRE A PASSAGEM PELA CASA ABRIGO E O PODER JUDICIÁRIO: EMPODERAMENTO OU DUPLA VITIMAÇÃO?	APTO
5	CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA- UMA REFLEXÃO SOBRE A MULHER NO SISTEMA PRISIONAL, SUPERANDO BARREIRAS PARA A APLICAÇÃO DA META 05 DA AGENDA 2030.	APTO
6	IMPACTOS DA DISPENSA DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO NO TOTAL DE ACORDOS HOMOLOGADOS: UM ESTUDO DE CASO NO 8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE MANAUS	APTO
7	RISCOS E DESASTRES NA PERSPECTIVA DA JUSTIÇA ECOLÓGICA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A ECOLOGIZAÇÃO DO DIREITO DOS DESASTRES	APTO
8	JURISDIÇÃO ESTATAL E INTERNET: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	APTO
9	ANÁLISE DE LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS E POLÍTICAS ESPORTIVAS EXISTENTES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE FOMENTAÇÃO DA CIDADANIA EM MANAUS/AM	APTO
10	“ADOLESCENTE INFRATOR: APLICAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA ANTERIOR À MEDIDA SOCIOEDUCATIVA COMO PROCEDIMENTO EFICAZ NA EFETIVAÇÃO DA JUSTIÇA”.	APTO
11	PRIMEIRAS REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS REGULADORES NO TRATAMENTO ADEQUADO DE CONFLITOS ENTRE CONSUMIDORES E AGENTES REGULADOS	APTO



12	A CONTRIBUIÇÃO DO PROCESSO ELETRÔNICO NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL ÁGIL E EFETIVA	APTO
13	INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA PERSPECTIVA FEMINISTA MATRICÊNTRICA DECOLONIAL	APTO
14	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, AUTORITARISMO MIDIÁTICO E MONOPOLIZAÇÃO INFORMATIVA: A EROÇÃO DEMOCRÁTICA NAS REDES	APTO
15	O USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA A EFETIVIDADE PROCESSUAL NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS NO ESTADO DO AMAZONAS	APTO
16	CONVERSÃO DA AÇÃO INDIVIDUAL EM AÇÃO COLETIVA: DO VETO PRESIDENCIAL AO ARTIGO 333 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 AOS PROJETOS DE LEI DA NOVA AÇÃO CIVIL PÚBLICA	APTO
17	DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADES E O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ	APTO
18	REFLEXÕES AO ESTADO-JUIZ SOBRE O USO DA PROPORCIONALIDADE NOS CONFLITOS JUDICIAIS SOBRE EXPLORAÇÃO ECONÔMICA EM TERRA INDÍGENA	APTO
19	NEOCOLONIALISMO E ESTADO BRASILEIRO: VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES INDÍGENAS YANOMÂMIS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19	APTO
20	CONFLITOS E DISPUTAS NO DIREITO: O CASO DO DESASTRE DA SAMARCO/VALE/BHP	APTO
21	ANÁLISE ECONÔMICA DOS DELITOS CONTRA O MEIO AMBIENTE: UMA VISÃO DOS CRIMES CONTRA A FLORA E A DEVASTAÇÃO DA FLORESTA AMAZÔNICA NA COMARCA DE IRANDUBA - AMAZONAS	APTO
22	A SEPARAÇÃO DE PODERES NA CONSTITUIÇÃO DE 1988: TENSÕES E DESAFIOS AOS DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS	APTO
23	INCLUSÃO DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS AO MEIO DIGITAL: A CONSTRUÇÃO PRÁTICA DE UM PLURALISMO JURÍDICO;	APTO
24	COMUNIDADES RIBEIRINHAS E A IMPLEMENTAÇÃO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RIO NEGRO – AMAZONAS: DESAFIOS DAS NORMAS JURÍDICAS REGULADORAS	APTO
25	POR UM MEIO AMBIENTE DE TRABALHO SADIO: O COMBATE AO ASSÉDIO MORAL NOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA BRASILEIROS	APTO
26	DO ANTROPOCENO À LIDE ECOLÓGICA: AS ATRIBUIÇÕES DA LITIGÂNCIA CLIMÁTICA NA MANUTENÇÃO DO JUÍZO DE SUSTENTABILIDADE	APTO
27	A POSTURA DO JUIZ DIANTE DA REPETIÇÃO DE DEMANDAS NO PROCESSO CIVIL: A RELAÇÃO ENTRE O PROCESSO COLETIVO E O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS	APTO
28	AMAZÔNIA, DIREITOS HUMANOS, UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, QUILOMBOS E SUSTENTABILIDADE: A QUESTÃO JURÍDICA DE SOBREPOSIÇÃO TERRITORIAL NA RESERVA EXTRATIVISTA DE IPAÚ-ANILZINHO, PARÁ.	APTO
29	O ABORTO LEGAL E O DIREITO DA VÍTIMA VULNERÁVEL À INFORMAÇÃO E À TOMADA DE DECISÃO	APTO
30	VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS POR DISCRIMINAÇÃO ESTRUTURAL INTERSECCIONAL COMO CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO DIREITO AO TRABALHO	APTO
31	LGBTQIAP+, RAÇA, GÊNERO E A ASCENSÃO DO DISCURSO DE ÓDIO	APTO
32	A CRISE DE LEGITIMIDADE DO PODER JUDICIÁRIO E O SISTEMA DE JUSTIÇA MULTIPORTAS: A CONCILIAÇÃO EM UMA NOVA PERSPECTIVA DE ACESSO À JUSTIÇA PARA A RESOLUÇÃO ADEQUADA DOS CONFLITOS	APTO
33	A PROPORCIONALIDADE PANPROCESSUAL E A SUSTENTABILIDADE DO PROCESSO CIVIL: EM BUSCA DE ALTERNATIVAS PARA O SERVIÇO JUSTIÇA.	APTO
34	INJUSTIÇA PENAL: MULHERES IMIGRANTES FRONTEIRIÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.	APTO



35	A INVERSÃO DO JULGAMENTO E A CULPABILIZAÇÃO DA VÍTIMA EM CASOS DE ESTUPRO: UMA ANÁLISE DO CASO MARIANA FERRER	APTO
36	A CULPA É SUA! A POLÍTICA DA RESPONSABILIZAÇÃO DO CIDADÃO PELO DESMONTE DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL A PARTIR DO OLHAR DE KEN LOACH NO FILME “EU, DANIEL BLAKE”.	APTO
37	JUIZADO ACOLHEDOR E A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS HUMANIZADA	APTO
38	O DIREITO, AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO E A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA	APTO
39	AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE: OBRIGAÇÃO DA MULHER OU DIREITO DA CRIANÇA, IMPORTÂNCIA DO EXAME DE DNA GRATUITO	APTO
40	MODERAÇÃO DE CONTEÚDO NO MARCO CIVIL DA INTERNET: BREVES CONSIDERAÇÕES À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS	APTO
41	A UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ELABORAÇÃO DE SENTENÇAS	APTO
42	AS AUDIÊNCIAS CÍVEIS DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO POR VIDEOCONFERÊNCIA NA PERCEPÇÃO DE ATORES PROCESSUAIS: UMA ANÁLISE DO JUDICIÁRIO AMAZONENSE	APTO

Bárbara Marinho Nogueira
Presidente da Comissão Organizadora

AVISOS DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO – CPL/TJAM

O Tribunal de Justiça do Amazonas torna público para conhecimento de todos os interessados que se encontra instaurada a licitação na modalidade **LEILÃO ADMINISTRATIVO PRESENCIAL** tipo **MENOR LANCE E OFERTA**.

Leilão Administrativo Presencial nº 001/2022

Processo Administrativo nº. 2021/000007099-00

Objeto: Grupo Gerador a Diesel, Marca Caterpillar, Potência de 569 KVA/455 kw/Fp: 0,80/Trifásico, Modelo do Motor 3412, ano 1997, Controlador e Disjuntor 1600A e o quadro de transferência automática, tudo em bom estado de uso e conservação”.

Abertura da Sessão Pública: 10/10/2022

Horário: 09h (Horário de Manaus)

Local: No prédio anexo **Centro Administrativo Desembargador José de Jesus Ferreira Lopes, no Auditório Arthur Virgílio Filho**, situado na Avenida André Araújo, S/N, Manaus/Am, CEP: 69060-000.

O edital e seus anexos poderão ser examinados e adquiridos gratuitamente através do site: www.tjam.jus.br.

Manaus, 14 de setembro de 2022.

Tatiana Paz de Almeida
Coordenadora de Licitação

EXTRATOS

EXTRATO Nº 235/2022 – DVCC/TJ

1.ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 033/2018-FUNJEAM.

2.PROCESSO ADMINISTRATIVO:2022/000014336-00.

3.DATA DA ASSINATURA: 12/09/2022.

4.PARTÍCIPES: Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e a empresa W & M Publicidade LTDA.

5.OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do Contrato Administrativo nº 033/2018-FUNJEAM, até 31 de março de 2023, relativo à prestação de serviços de publicação de avisos de licitação e outras matérias de interesse do CONTRATANTE, em jornal de grande circulação, com periodicidade diária, com circulação regional, bem como o reajuste anual com base no IPCA (IBGE), cuja variação está compreendida no período de Agosto/2021 a Julho/2022, sendo o índice acumulado aplicado de 10,069240% calculado sobre o valor inicial do Contrato.

6.FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O objeto consubstanciado no presente instrumento fundamenta-se nos art. 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93.